

**ACTA**

Aos vinte e cinco dias do mês de Novembro do ano de dois mil e dez, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva – e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, César Manuel de Castro Machado, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e Ana Amélia Mota Guimarães, em substituição do Vereador António José Salgado Almeida, nos termos do n.º 1, do art. 79.º, da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de acordo com requerimento oportunamente apresentado para o efeito. -----
Secretariou a Directora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----
Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

----- ANTES DA ORDEM DO DIA -----**----- DELIBERAÇÕES -----**

PROTOSCOLOS – PROTOCOLO A CELEBRAR COM A FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES PARA APOIO NA EXECUÇÃO DA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DE “GUIMARÃES CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2012” – Presente a seguinte proposta:
“Considerando: A apresentação pelo Governo Português ao Conselho de Ministros da Cultura da União Europeia da candidatura da cidade de Guimarães a *Capital Europeia da Cultura* em 2012; A aprovação da referida candidatura, da qual foi entidade promotora e dinamizadora o Governo Português, através do Ministério da Cultura; A oportunidade que este acontecimento proporciona à cidade e à região para alcançar um novo patamar de

desenvolvimento cultural, social e económico, nomeadamente através da valorização da qualidade de vida urbana e da excelência do espaço público e patrimonial e da consolidação de uma oferta cultural inovadora, criativa e de projecção internacional; Que a Fundação Cidade de Guimarães é o instrumento operativo para a concepção, planeamento, promoção, execução e desenvolvimento do programa cultural do evento *Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012*, como emerge do artigo 3.º dos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 202/2009, de 28 de Agosto; Que o Município de Guimarães é uma das entidades instituidoras da Fundação, tendo assento no Conselho Geral; Que o Programa da *Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012* compreende ainda um relevante programa de requalificação física da Cidade, nomeadamente da sua componente *monumental*; A complementaridade com a componente infra-estrutural da Capital Europeia da Cultura a cargo da Câmara Municipal; Proponho a celebração de um Protocolo com a Fundação Cidade de Guimarães, que tem por objecto a definição dos termos e condições em que o Município apoia a Fundação para a execução da programação cultural de *Guimarães Capital Europeia da Cultura 2012*, conforme minuta que se junta em anexo (doc. 1). Considerando que os apoios previstos no Protocolo têm execução em mais que um ano económico, deverá este Protocolo ser submetido, igualmente, a aprovação da Assembleia Municipal". A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----**
ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS MUNICIPAIS E À TABELA DE TAXAS E ENCARGOS



NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da entrada em vigor do novo Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais (RGTL), aprovado pela Lei nº 53-E/2006, de 29 de Dezembro, foi elaborado um trabalho de fundamentação económico-financeira das taxas municipais, em parceria do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA). Desse trabalho resultaram as taxas que actualmente se encontram em vigor. Para evitar que este trabalho seja renovado anualmente foi prevista, no Regulamento, uma forma de actualização anual conforme consta do art.º 26.º. Assim, *“os valores das taxas e outras receitas municipais previstos na Tabela serão actualizados anualmente, por aplicação do índice de preços do consumidor, sem habitação, havendo lugar ao arredondamento, ao cêntimo, do valor que resulta da referida actualização.”* Deste modo, alguns serviços municipais que pretenderam fazer alterações às taxas previstas na Tabela de Taxas, nomeadamente a criação de novas taxas fizeram-no com base num estudo económico-financeiro e com a respectiva fundamentação. Esta situação ocorreu, apenas, com os serviços do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente (criação de uma nova taxa pela ocupação de lugares na Feira Retalhista de Guimarães, na Feira de Caldelas e nas restantes feiras do concelho), conforme consta da informação que se anexa como **Doc.1**, e do Departamento de Gestão Urbanística, conforme informação dos serviços que se anexa como **Doc 2**. Deste modo, submete-se à aprovação dos dois órgãos do Município as alterações ao Regulamento Municipal e Tabelas de Taxas e Licenças, que constam do seguinte: **1. ALTERAÇÕES AO REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E LICENÇAS MUNICIPAIS** – Proponho, assim, para o ano de 2011, e conforme consta do art.º 26.º do Regulamento, que todas as taxas

municipais sejam actualizadas em 2,3%, que corresponde ao *índice de preços do consumidor* relativo ao mês de Outubro de 2010, com excepção das taxas agora criadas, das taxas relativas às Zonas de Estacionamento de Duração Limitada (parcómetros), dos parques de estacionamento, e das taxas cobradas nos equipamentos municipais cuja gestão se encontra protocolada com as Cooperativas Tempo Livre e Oficina. As alterações agora introduzidas constam dos documentos que se anexas como “**Doc.s 3 e 4**”.

2. TABELA DE TAXAS E ENCARGOS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS – Foram ainda actualizados os valores relativos às taxas constantes da Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, conforme documento que se junta como “**Doc. 5**”. Proponho, para o ano de 2011, que todas as taxas municipais constantes desta Tabela sejam, também, actualizadas em 2,3%. Assim, ao abrigo do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, e da al. a) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro e da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, proponho a aprovação das alterações ao Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Municipais e à Tabela de Taxas e Encargos nas Operações Urbanísticas, já incluídas nos documentos que se anexam, para posterior envio e aprovação pela Assembleia Municipal.

3 – REDUÇÃO DE TAXAS NAS OPERAÇÕES URBANÍSTICAS ENVOLVENDO EDIFICAÇÕES DE APOIO À ACTIVIDADE AGRÍCOLA – A agricultura constitui um sector estratégico na economia nacional e regional, onde as actividades agrícolas sofrem a pressão que os mercados globais e a presente conjuntura socio-económica impõem, as dificuldades inerentes a um sector demograficamente envelhecido, descapitalizado e com infra-estruturas obsoletas e desajustadas



dos novos desafios que se lhe colocam. A agricultura portuguesa e os territórios onde ela se desenvolve precisam, pois, de apostar num desenvolvimento equilibrado e sustentável, apoiados numa política pública com instrumentos mais adequados e selectivos que promovam a ultrapassagem das suas fraquezas e potenciem as suas forças num contexto de maior liberalização dos mercados e concorrência acrescida. Urge, pois, tomar iniciativas que incentivem, por um lado, o desenvolvimento, a modernização e a competitividade da economia do tecido agrícola regional, nomeadamente através de acções que favoreçam a requalificação das edificações que lhes servem de apoio e, por outro, incentivem a fixação, no nosso concelho, de novas unidades agrícolas. Nesse sentido, e ao abrigo do disposto no n.º 2 do art.º 12.º da Lei das Finanças Locais, aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro e do art.º 8.º do Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais, aprovada pela Lei n.º 53-E/2006, de 29 de Dezembro, proponho que a Câmara Municipal aprove uma redução do valor das taxas e encargos com as operações urbanísticas de urbanização, edificação e utilizações de edificações de apoio agrícola, numa percentagem de 50%, para posterior aprovação pela Assembleia Municipal". Os referidos documentos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.

DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OS PONTOS 1 E 2,

com abstenção dos Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e Ana Amélia Guimarães.

DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PONTO 3. -----

REGULAMENTOS – REGULAMENTO DAS FEIRAS RETALHISTAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – Presente a

seguinte proposta do Vereador Amadeu Portilha: "O Decreto-Lei – n.º 42/2008, de 10 de Março, veio regulamentar o novo regime jurídico a que fica sujeita a actividade de comércio a retalho não sedentário exercida por feirantes, dispondo ainda quanto ao regime aplicável aos recintos e feiras onde a mesma se realiza. Com a publicação e a entrada em vigor deste diploma legal, foi revogado o Decreto-lei n.º 252/86, de 25 de Agosto, que constituía a base legal do Regulamento Municipal de Actividade de Comércio a Retalho (Feira Retalhista de Guimarães), aprovado a 10 de Maio de 2004. Tendo em conta a circunstância de, em breve, se proceder à transferência da Feira Retalhista de Guimarães para o seu novo recinto, importa não só adaptar este Regulamento à legislação vigente, abrangendo todas as matérias de competência municipal integrantes no novo regime jurídico, como integrar nesse mesmo documento todas as outras feiras realizadas no Município de Guimarães (Taipas, Brito, S. Torcato, Pevidém e Moreira de Cónegos). Tendo em conta a experiência adquirida no âmbito da vigência do actual Regulamento de Feiras, entendemos ser curial que as Juntas de Freguesia continuem a assumir a gestão das feiras realizadas na sua Freguesia, numa lógica de proximidade com os equipamentos, utilizadores e utentes, propondo-se igualmente, para o efeito, a celebração de um protocolo de delegação de competências, cuja minuta se anexa ao presente regulamento. Deste modo submete-se à consideração superior a aprovação, pela Câmara Municipal e posterior aprovação pela Assembleia Municipal, do Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães e do Protocolo de delegação de competências com as Juntas de Freguesia de Caldelas, Selho S. Jorge, Brito, S. Torcato e Moreira de Cónegos". O Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães



e a minuta do Protocolo de delegação de competências com as Juntas de Freguesia de Caldelas, Selho S. Jorge, Brito, S. Torcato e Moreira de Cónegos dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Absteve-se a Vereadora Ana Amélia Guimarães. -----

MAPA DE PESSOAL 2011 – Presente a seguinte proposta do Vereador José Augusto Araújo: “Nos termos do disposto no n.º2 do art.º 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, em consonância com o disposto no art.º 5º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro e ainda considerando o disposto na alínea o), do n.º2, do art.º 53º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho ao Senhor Presidente que seja submetido à Aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, o Mapa de Pessoal para 2011, que se junta em anexo. Conforme previsto no n.º 2 do art.º 4º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, o mapa pessoal acompanha a respectiva proposta de orçamento”. O Mapa de Pessoal para 2011 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e Ana Amélia Guimarães. -----

PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2011 – Presente, em anexo, a proposta respeitante ao Plano de Actividades e ao Orçamento da Câmara Municipal de Guimarães para o ano de 2011, que se dá

aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e Ana Amélia Guimarães. -----

Os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "O documento que nos é presente para apreciação e deliberação é um documento estratégico em face do futuro de curto e médio prazo para a gestão do Município de Guimarães. 1 - Este documento assenta em três vectores essenciais: 2 - Apoios sociais, ainda que com menor expressão financeira; 3 - Construção de Centros Escolares; 4 - Capital Europeia da Cultura, que é de longe aquele que conhece maior dotação orçamental. Ora a verdade é que a CEC/2012, que representa parte substancial deste orçamento para o ano 2011, é um projecto e uma oportunidade que, para uma cidade como Guimarães, só surge uma vez na vida. A discussão dos projectos, dos imóveis a adquirir, das opções de requalificação de espaços públicos, das edificações projectadas, está feita a montante do momento presente; está feita e está razoavelmente consensualizada, política e socialmente. Este momento, em que nos deparamos com um orçamento que contempla as rubricas financeiras tendentes a cumprir com as responsabilidades que o nosso Município já assumiu, é o momento de mera concretização financeira das opções que já antes foram discutidas e aprovadas. É o momento de converter num documento orçamental os projectos e intervenções que nos incumbirão no âmbito da CEC/2012. Por outro lado, como sempre temos dito, é verdade que um evento desta natureza, com potencialidade para projectar Guimarães internacionalmente, é um momento que deve merecer



de todos nós, dos seus agentes, dos seus representantes, uma postura de serenidade, uma procura de um consenso com a maior amplitude possível. O que nos possa dividir na discussão dos projectos em concreto, deve subjugar-se ao que nos possa unir, que são os supremos interesses de Guimarães. Nesta altura em que nos preparamos para receber e organizar um evento desta envergadura, pensamos que também nós, agentes políticos, devemos dar um sinal, um sinal de abrangência, um sinal de convergência quando está em causa um evento que como sempre dissemos, a todos deve unir. Em conformidade com este pensamento, entendemos remeter uma carta à Câmara Municipal, desafiando a edilidade para connosco negociar o orçamento. Não porque fosse preciso, não porque os nossos votos fossem necessário para assegurar uma aprovação, mas pela tal abrangência que entendemos que este documento deveria ter, pelo tal esforço que entendemos que os agentes políticos deveriam procurar fazer, de tentar surpreender pontos de entendimento, pontos de convergência. Aqui é devida uma palavra à postura revelada pela Câmara Municipal. Perante o nosso desafio, a Câmara Municipal acedeu em permitir a negociação do orçamento. Não precisava, mas acedeu a procurar surpreender os tais pontos de entendimento. E essa postura, da parte de quem detém uma maioria absoluta nos órgãos locais, é merecedora do nosso elogio. O PSD apresentou as suas propostas em 17/Novembro, foram recebidas e analisadas pela Câmara Municipal, e fomos posteriormente informados da inclusão de parte delas no Orçamento Municipal para o ano 2011. Esta circunstância, inédita, obriga naturalmente o PSD a reponderar aquele que é o seu habitual sentido de voto quanto a esta documento. Por outro lado, a verdade é que não obstante a

inclusão de propostas nossas no Orçamento para 2011, existem ainda muitos pontos de discórdia e não convergência, opções e investimentos que nos dividem. Por essa razão, porque entendemos que é responsabilidade de todos nós dar um sinal para o exterior de convergência nas matérias essenciais, como são os três eixos principais de investimento, e muito em particular, a CEC/2012, porque entendemos que devemos ser consequentes com a aceitação, por parte da Câmara, do desafio que lançamos para connosco negociar este orçamento, e da subsequente aceitação de algumas das nossas propostas, mas porque não sendo este o nosso orçamento, existem ainda muitas medidas que gostaríamos de ver incluídas, o sentido de voto do PSD será o da **abstenção**". -----

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA E SANEAMENTO, EM LIQUIDAÇÃO, PARA O ANO DE 2011 – Presente, em anexo, a proposta respeitante ao Plano e Orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, em Liquidação, para o ano de 2011, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de actas. **DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

PEDIDO DE AUTORIZAÇÕES À ASSEMBLEIA MUNICIPAL RELATIVAS À EXECUÇÃO DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO, PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2011 – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal, para melhor e mais eficazmente executar as actividades e acções previstas no Plano Plurianual de Investimentos, no Plano de Actividades e Orçamento para o ano



de 2011, propõe, nos termos da alínea a) do nº 6 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, conjugada com os nºs 2 a 4 do art. 53º do mesmo diploma legal, apresentar à Assembleia Municipal os seguintes pedidos de autorização para serem apreciados e votados na sessão que aprovar aquele documento: **1 – Empréstimos** – Autorização expressa para que a Câmara Municipal, nos termos da legislação em vigor, promova a negociação tendo em vista a contratação dos financiamentos que considerar necessários para a execução das seguintes operações: **a) - Tesouraria** – Autorização para a contratação de empréstimos de curto prazo necessários à cobertura, em tempo, de dificuldades financeiras, até ao limite previsto na lei (artigos 35º e seguintes da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro). **b) - Médio e Longo Prazo** - No âmbito das linhas de crédito CGD/BEI (Caixa Geral de Depósitos/Banco Europeu de Investimentos); No complemento de financiamento de projectos integrados, propostos pela Câmara aos Programas Comunitários; Em quaisquer outros financiamentos que se mostrem imprescindíveis à concretização do Plano e Orçamento de 2011. **c) - Associação de Municípios do Vale do Ave (AMAVE)** – Autorização para a contratação de empréstimos de médio e longo prazos por parte da AMAVE, na proporção correspondente ao Município de Guimarães. **2 – Delegação de competências:** **2.1 - Nas Juntas de Freguesia** – Autorização para que as Juntas de Freguesia possam praticar actos de competência da Câmara Municipal, quando disso se considere resultar benefício para o interesse comum e desde que delegados por esta. **2.2 - Nas Entidades Empresariais Locais** – Autorização para que estas entidades possam assumir competências atribuídas, por lei, ao Município, designadamente

através de celebração de contratos de gestão, quando disso se considere resultar benefício para o interesse comum e desde que tais competências sejam compatíveis com os respectivos objectos sociais estatutários e mereçam aprovação por parte da Câmara Municipal. **2.3 – Na Câmara Municipal – Alienação / oneração**

de prédios – Autorização para alienação ou oneração dos prédios rústicos ou urbanos propriedade do Município de Guimarães, que se encontrem ou venham a estar desocupados ou devolutos, e cuja alienação ou oneração se traduza em benefícios de cariz social, cultural ou económico para o Município, sendo obrigatoriamente aprovados pela Câmara Municipal os regulamentos respeitantes aos correspondentes procedimentos legais (hasta pública ou outra modalidade prevista na lei)”.
DELIBERADO, POR MAIORIA, APROVAR SUBMETER À

APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira, André Coelho Lima e Ana Amélia Guimarães. -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ACTA EM MINUTA. -----

PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ACTA. -----